

Brasil vai rediscutir dívida

■ Banco Central defende nova rodada de renegociação com os bancos ^{externa} privados

BRASÍLIA — Os técnicos do Banco Central concluem nesta segunda-feira o levantamento das propostas de renegociação da dívida externa apresentada pelos bancos credores privados, mas acreditam que ainda seja necessária mais uma rodada de conversações para se chegar a um acordo. O prazo para a reformulação das opções de renegociação apresentadas pelos bancos em março esgotou-se às 2 horas da madrugada desta quarta-feira (meia-noite em Nova Iorque). Elas serão consolidadas pelos computadores do Banco Central no início da semana.

As primeiras informações chegaram antes do feriado da Semana Santa indicavam que alguns dos grandes bancos já estavam alterando a proporção dos títulos de rene-

gociação, trocando parte dos bônus ao par por bônus de desconto. Mas a migração ainda não parece atingir o ritmo desejado pelo governo brasileiro, que quer emitir o mínimo possível de bônus ao par. A definição de um acordo deverá ocorrer entre os dias 19 e 23 de abril, quando o comitê de bancos credores terá um encontro com a equipe de negociação brasileira, chefiada pelo embaixador Pedro Mallan.

Opções — A proposta dos bancos foi apresentada no dia 16 de março, quando 802 instituições, representando 96,7% da dívida, aderiram ao acordo para a renegociação de US\$ 44 bilhões. Foram oferecidas sete alternativas diferentes aos credores. Eles optaram por trocar 65,94% de suas dívidas pelos

bônus ao par, que não oferecem desconto ao Brasil e ainda exigem a formação de garantias de pagamento, que devem ser feitas com títulos do Tesouro dos Estados Unidos. O Brasil teria que usar parte de suas reservas e partes dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para comprar cerca de US\$ 3 bilhões em títulos e deixá-los como garantia aos credores.

Na primeira rodada os bancos aceitaram trocar apenas 18,27% da dívida pelos bônus de desconto, papéis que também têm garantia mas que oferecem perdão de 35% no valor da dívida velha. O desejo da equipe de negociadores brasileiros é aumentar a participação dos bônus de desconto e reduzir os bônus ao par, de modo a diminuir o impacto

das garantias sobre o nível de reservas.

O próprio acordo inicial, firmado no ano passado, previa que se a proposta inicial não agradasse ao governo brasileiro, os bancos teriam 15 dias para fazer uma reformulação voluntária. Foi este o prazo que esgotou-se nesta semana. Se mesmo assim não se atingir uma proposta favorável, o Brasil tem o direito de pedir uma segunda rodada de negociações.

Só quando se chegar a um termo de consenso, é que a proposta final será encaminhada ao Senado Federal, a quem caberá a última palavra sobre a negociação. Se os senadores apresentarem alguma contestação, o Executivo terá que recomeçar as conversações.